



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 45/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10151/2013.

Apenso: Processo nº 10051/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Silves.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Aristides Queiroz de Oliveira Neto, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 124/2013 (fls. 5319/5387) e DICOP-Relatório Conclusivo nº 20/2014 (5389/5467).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 721/2014-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 5390/5471).

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Silves. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **que acolheu em sessão o voto-vista do Exmo. Sr. Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior**, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das Contas Anuais da **Prefeitura do Município de Silves**, referente ao **exercício de 2012**, Gestão do Sr. **Aristides Queiroz de Oliveira Neto**, Prefeito, à época, nos termos do art. 1º, I, c/c o art. 58, “c”, da Lei n.º 2.423/96 e art. 11, III, “a”, 1, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 45/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 02 de setembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 3BF57CC9-89F0B4F7-56582007-94FCB3B1



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACORDÃO Nº 45/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 10151/2013.

Apenso: Processo nº 10051/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Silves.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Aristides Queiroz de Oliveira Neto, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 124/2013 (fls. 5319/5387) e DICOP-Relatório Conclusivo nº 20/2014 (5389/5467).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 721/2014-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 5390/5471).

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Silves. Exercício de 2012.

Contas Regulares com Ressalvas. Multas. Prazo. Autorização de Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **que acolheu em sessão o voto-vista do Exmo. Sr. Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, em divergência com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:**

9.1- JULGAR REGULAR COM RESSALVAS as contas da Prefeitura Municipal de Silves, referente ao exercício de 2012, tendo como responsável à época o Sr. Aristides Queiroz de Oliveira Neto, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, II, da Lei n.º 2.423/96;

9.2- Multar o Sr. Aristides Queiroz de Oliveira Neto no montante de **R\$ 3.288,09** (três mil, duzentos e oitenta e oito reais e nove centavos), referente ao atraso por meio informatizado do 1º, 2º e 6º bimestres do Relatório Resumidos de Execução Orçamentária, conforme § 3º do art. 165 da CRFB/1998, e art. 308, inciso II, (art. 15, § 1º e 20, § da LC n. 06/1991, como nova redação dada pela Lei Complementar n. 24/2000, § 1º do art. 32 da Lei n. 2423/96, art. 1º da Resolução n. 06/2000 de 23/11/2000);



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACORDÃO Nº 45/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

9.3- Multar o Sr. Aristides Queiroz de Oliveira Neto no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), referentes à 10% do valor previsto no art. 54, §2º, da Lei nº. 2.423/96, c/c o art. 1º, da Resolução TCE/AM n.º 25/2012, conforme estabelece o art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96, pelas irregularidades constantes dos itens 2, 3, 4 e 5, do Voto-Vista;

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Aristides Queiroz de Oliveira Neto, recolha o valor das multas que lhes foram aplicadas aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei n.º 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução TCE/AM n.º 04/02;

9.5- Autorizar, em caso de não recolhimentos dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei n.º 2.423/96, art. 169, II, art. 173 e § 6º, do art. 308, todos da Resolução TCE/AM n.º 04/02;

9.6- Recomendar à origem, sob pena de aplicação de multa pela reincidência nos mesmos atos, que:

9.6.1- Alimente o Sistema GEFIS na sua integralidade, observando a descrição dos campos contidos no sistema, de modo a guardar lógica conexão com os demais documentos enviados ao TCE, assim como os sistemas instituídos por esta Corte;

9.6.2- Atualize os instrumentos de transparências da gestão fiscal (Plano Plurianual, lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do ente, assim como o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo) e os divulgue na internet ou em seu Portal de Transparência, cuja obrigatoriedade teve prazo limite em 27 de maio de 2013 para a municipalidade;

9.6.3- Implante um rigoroso sistema de controle por planilha, mapa, relatórios diários/mensais de liberação de combustíveis e lubrificantes, com identificação dos veículos beneficiados (marca ou modelo e placa);

9.6.4- Aperfeiçoe o controle de entrada e saída de materiais do almoxarifado, de modo a garantir uma eficiente gerência sobre tais materiais;

9.6.5- Coloque à disposição dos membros das comissões de inspeção *in loco* todos os documentos que lhe forem solicitados;

9.6.6- Providencie a expedição dos comprovantes de deslocamentos de todas viagens;

9.6.7- Cumpra o disposto nos artigos 94 e 96 da Lei nº 4.320/64, e, no caso de bens obsoletos e/ou inservíveis, baixe-os contabilmente e fisicamente.

10- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 02 de setembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 45/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 3BF57CC9-89F0B4F7-56582007-94FCB3B1

FLM/Decisório feito de acordo com o Mod.3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM.